

RELATÓRIO
E CONTAS

20



RELATÓRIO
E CONTAS

2019



ÍNDICE

RELATÓRIO E CONTAS
2019

Zimbabwe_Estrada Makuti-Chirundu





A CONDURIL **04**

RELATÓRIO
DE GESTÃO **10**

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E ANEXO **18**

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL **60**

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS **64**





A CONDURIL



A CONDURIL

«As empresas para serem ganhadoras devem ser escrupulosas no que se refere a estabelecer objetivos específicos e pôr em prática essas referências.

Da máxima importância é também estabelecer valores empresariais e éticos claros como parte integrante da cultura da empresa, procurando ser exigente na forma como são respeitados no dia a dia da organização. Em particular, na indústria da construção, a existência de um conjunto de valores claramente assumidos pela empresa constitui *per si* um atributo da maior importância e um fator distintivo que a marca profundamente no mercado, conferindo-lhe atributos de competitividade geral relevantes.

Ao longo dos últimos cinquenta anos, em que lideramos esta empresa, fomos procurando, persistentemente, melhorar o seu funcionamento, e essa nossa preocupação, a partir de certo momento, começou a exigir a publicação interna de um conjunto de documentos que registassem por escrito, para consulta de todos, os mais importantes temas de gestão da empresa, fixando como todos os colaboradores, no âmbito das suas funções de trabalho, deviam orientar as suas decisões e comportamentos, em particular: no âmbito da estratégia da Conduril; na execução das obras; no controlo; no tratamento dos clientes; no relacionamento com os outros colaboradores e na sociedade em geral enquanto colaboradores da Conduril; na obediência aos nossos valores e princípios.

VISÃO

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos, quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.

Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado e, com uma grande capacidade técnica, capaz de, além do mais, ser uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

MISSÃO

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho e remuneração para os nossos colaboradores – e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social – quer no ativo, quer na reforma, em particular através do complemento de reforma da ordem dos 22,5% superior às reformas normais, proveniente do nosso fundo de pensões – criado em 1989 – e da sustentabilidade da Conduril Academy em Angola e Moçambique, bem como da manutenção das bolsas de estudo universitário nestes países, cujo suporte pressupõe a perenidade da Conduril, o que implica a obtenção persistente de resultados.

VALORES

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, de forma certa, ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores e os fundamentos de todos os nossos princípios.

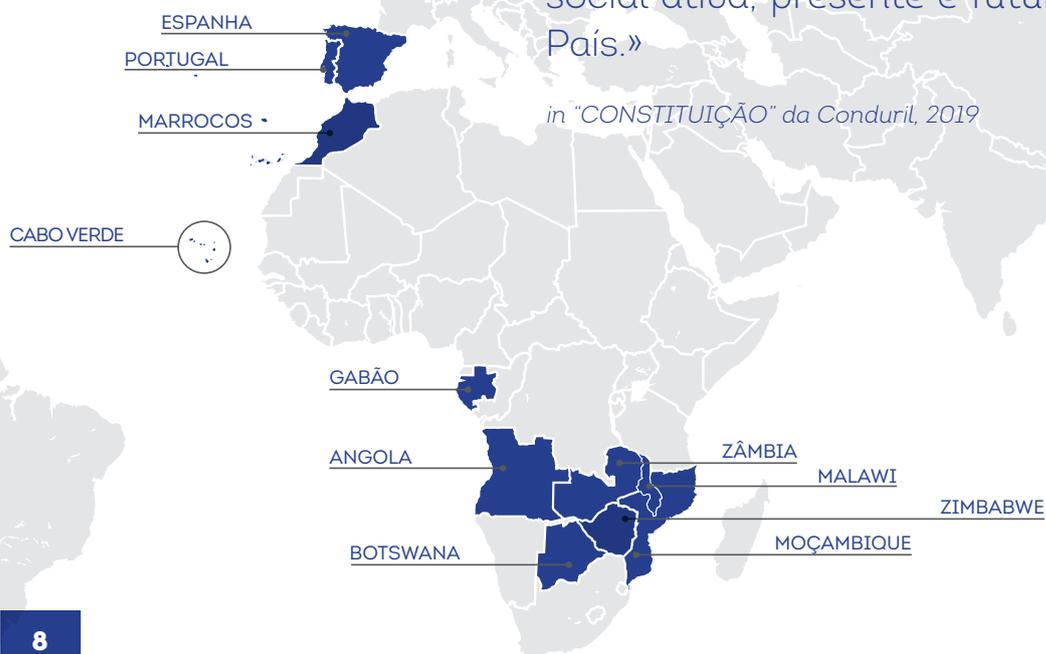
«Estamos determinados a promover e preservar durante “os próximos cem (100) anos” os nossos valores e princípios fundamentais, cultivando focadamente as condições de sobrevivência necessárias»: Coesão, Consistência, Meritocracia, Lealdade, Rigor, Ética e Cultura.

Para uma empresa que atua no mercado internacional é vital a sua capacidade de adaptação à sociedade onde trabalha, procurando integrar-se o melhor possível no ambiente social existente, respeitando os costumes locais e colaborando com inteligência, na medida do possível, no âmbito da sua responsabilidade social.

Uma cultura como a da Conduril, que valoriza a ação, promove a transparência, capacita os colaboradores e incentiva a comunicação, dá energia cinética ao plano, e é uma promessa para com os seus colaboradores.

É esse conjunto de “normativos”, que tem sido, oralmente e por escrito, posto à disposição de todos, ao longo destes cinquenta anos, que culminou, em 2019, com a publicação unificada do essencial do governo da empresa consubstanciado na nossa “CONSTITUIÇÃO”: o verdadeiro ligante entre todos os colaboradores, capaz de garantir a perenidade da Conduril com todas as vantagens que isso acarreta: para todos nós colaboradores; para todos os abrangidos pela nossa responsabilidade social ativa, presente e futura; para todo o País.»

in “CONSTITUIÇÃO” da Conduril, 2019



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas

Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Amorim Martins (Presidente)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins
António Baraças Andrade Miragaia

António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

COMISSÃO EXECUTIVA

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
(CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins
(vice-CEO e CFO)
António Baraças Andrade Miragaia

António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

CONSELHO FISCAL

Ademar Américo Soares Paiva (Presidente)
Maria de Lourdes Lopes Chaves

Júlio Gales Ferreira Pinto
João Ricardo Araújo Monteiro Rocha (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro

João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires
(Suplente)



Angola_Malongo Dock

RELATÓRIO DE GESTÃO





RELATÓRIO DE GESTÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS O RELATÓRIO DE GESTÃO, AS CONTAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2019.

1. O ritmo de crescimento do produto interno mundial registado em 2019 foi o mais fraco desde 2001, situando-se em 2,9%. As perspetivas futuras não são animadoras, estando as projeções para 2020 a serem revistas em baixa, não se prevendo um crescimento superior a 3%, dadas as incertezas geradas pelas disputas no comércio global, pelas questões geopolíticas e mais recentemente pela queda da procura e disrupção das cadeias globais de produção provocadas pela rápida disseminação do novo coronavírus (Covid-19).

De acordo com as últimas estimativas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística, a economia portuguesa cresceu 2,2% em 2019, embora verificando-se uma desaceleração face a 2018 (2,8%). O setor da construção manteve o seu ciclo de crescimento, que se iniciou em 2017, e que se seguiu à grave e longa crise que o afetou ao longo de década e meia. Segundo dados mais recentes da FEPICOP, a produção na construção revelou um crescimento real, em termos homólogos, de 6% em 2019, sendo projetado para 2020 um ligeiro abrandamento deste crescimento para 5,5%.

Angola manteve-se em recessão em 2019 pelo 4.º ano consecutivo, com o produto real a registar uma ligeira contração (-0,3%), sendo esperado para 2020, segundo o Fundo Monetário Internacional,

um crescimento próximo de 1%, em resultado das reformas estruturais que o Governo tem vindo a implementar ao nível económico, fiscal e financeiro, procurando reduzir o peso da dívida face ao exterior, fomentar a diversificação da economia apoiada no investimento privado e assim catapultar a economia como um todo. Porém, a política cambial em vigor, que tem gerado uma desvalorização contínua da moeda nacional e severas pressões inflacionistas associadas aos riscos da volatilidade do preço/produção do petróleo, trazem uma pressão acrescida à frágil situação da sua economia.

Os efeitos devastadores dos ciclones Idai e Kenneth em muito comprometeram o desempenho económico de Moçambique, Malawi e Zimbabwe:

- em Moçambique, o crescimento registado em 2019 foi o mais baixo da última década, situando-se nos 2,2%, segundo o Instituto Nacional de Estatística do país. No entanto, estima-se que a produção de gás natural neste país, bem como os esforços de reconstrução pós-ciclones e a melhoria gradual das condições monetárias e do acesso aos mercados de capitais, após a reestruturação de dívida conseguida em 2019, venha a impulsionar a economia para um crescimento médio de 12,4% ainda nesta década;
- no Malawi, um melhor desempenho do setor agrícola e uma maior estabilidade macroeconómica permitiram atenuar os efeitos nefastos do ciclone Idai e assim o produto real atingiu um crescimento de 5% em 2019, face aos 4% registados em 2018, tendência que se perspetiva para os próximos anos;
- o PIB do Zimbabwe contraiu 12,8% em 2019 com quebras no setor da mineração, agricultura e turismo. Com as reformas monetárias e fiscais implementadas, uma das quais passou pela introdução de uma nova moeda em junho de 2019 – dólar zimbabuano – a inflação aumentou de um dígito em 2018 para mais de 200% no final de 2019. Caso sejam adotadas medidas corretivas no sentido de restaurar a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico poderá rondar os 5% a curto prazo.

O crescimento do PIB real na Zâmbia, desacelerou para cerca de 2% em 2019, abaixo dos 4% registados em 2018. Espera-se que a atividade económica permaneça fraca, com uma recuperação moderada do crescimento entre os 2-3% para o próximo biénio. A grande dependência dos financiamentos externos e o rápido crescimento da dívida pública colocam a Zâmbia em risco elevado de sobre-endividamento.

Fortemente dependente do setor petrolífero, o Gabão manteve a sua trajetória de recuperação económica, alcançando um crescimento real estimado do PIB de 3,4% em 2019, face aos 0,8% registados em 2018, justificado em grande parte pela aposta em atividades não petrolíferas. Prevê-se que nos próximos anos o país se mantenha em níveis de crescimento equivalentes aos observados em 2019.

2. Não obstante os constrangimentos nos vários países onde a Conduril estende a sua atividade e que comprometem o setor da construção, em 2019 o volume de negócios ultrapassou os 146 milhões de euros, superando em cerca de 23% o valor registado no período anterior, enquanto o resultado líquido foi de 2,4 milhões de euros.

Em Portugal, mantêm-se em curso algumas empreitadas de referência, como a reabilitação da ponte internacional sobre o rio Guadiana, a construção do troço de autoestrada entre Vilar Formoso e a fronteira com Espanha, a construção da ponte pedonal de Arouca, o alargamento da autoestrada A4 entre Águas Santas e Ermesinde e a modernização da linha ferroviária da Beira Baixa entre a Covilhã e a Guarda. Em Angola, destaca-se a reabilitação do porto cais de Malongo, a reabilitação da estrada entre Condé e Ebo e a construção de três pontes na N380 em Moçambique.

A presença internacional foi reforçada com o início da obra de alargamento e pavimentação da estrada A1 entre Makuti e Chirundu, no Zimbabwe.

Nas adjudicações é ainda de ressaltar, em Portugal, as empreitadas de prolongamento do molhe leste do porto de Sines, no valor de 72 milhões de euros e a requalificação da escola básica de Rabo de Peixe nos Açores; em Angola, no âmbito do Plano de Salvação de Estradas, a requalificação e manutenção da estrada entre Ganda e Catengue; em Moçambique, a rede de abastecimento de água entre Mathlemele e Guava; na Zâmbia, a conclusão do sistema de abastecimento de água de Bombay; e, no Malawi, a

construção das novas instalações no Domasi College of Education e a construção de um canal de irrigação ao longo de 6 km em Chikwawa.

A atividade nacional corresponde a 36% do volume de negócios de 2019 e a empresa perspetiva que esta represente cerca de 50% em 2020. Sendo este um mercado com margens inferiores às do mercado externo, ao que acresce o impacto cambial negativo deste último que mais do que duplicou face a 2018, o desempenho da Conduril foi menos favorável do que no período homólogo.

Como tal, focou-se no aumento da eficiência dos seus ativos, o que se materializou já em 2019 num aumento do seu volume de negócios, proposta de valor que a médio prazo se consubstanciará numa melhoria generalizada dos seus indicadores de rentabilidade.

INDICADORES	2017	2018	2019
Ativo líquido (€)	456.017.167	370.596.384	385.563.980
Passivo (€)	238.188.307	158.164.579	176.324.270
Capital próprio (€)	217.828.860	212.431.805	209.239.710
Dívida líquida (€) ⁽¹⁾	-32.045.329	-19.124.841	-487.178
Volume de negócios (€)	140.460.967	119.700.251	146.741.149
VAB (€)	69.628.989	57.112.124	55.664.544
EBITDA (€)	33.358.782	25.185.566	19.386.158
Resultado líquido do período (€)	7.006.696	3.045.198	2.461.138
Autonomia financeira	48%	57%	54%
Liquidez geral	170%	199%	184%
Rácio de solvabilidade	91%	134%	119%
Rentabilidade das vendas	5%	3%	2%
Rotação do ativo	31%	32%	38%

⁽¹⁾ a dívida líquida representa a diferença entre os financiamentos bancários e as disponibilidades ou equiparáveis da empresa.

Indiscutível, mantém-se a robustez económico-financeira da empresa, o que valida o mérito da estratégia que tem vindo a ser adotada, com um processo de internacionalização consolidado, sempre alerta e reativa aos constrangimentos e às oportunidades dos mercados.

3. A Conduril encontra-se focada na melhoria da sua capacidade produtiva, a qual apenas é possível com a aposta contínua na atualização, renovação e beneficiação de todos os seus ativos.

A empresa considera o seu capital humano como um dos seus elementos de diferenciação que potencia a sua capacidade, apostando no desenvolvimento das suas competências e qualificações, o que, em 2019, se traduziu em diversas ações de formação, num volume total superior a 29.200 horas, para o qual muito contribuiu a sua academia de formação, Conduril Academy, que completou em 2019 dez anos de existência, de partilhas, de saber e de impactos.

Durante o ano de 2019, a Conduril empregou em média 1.920 colaboradores (1.830 em 2018), 80% dos quais fora do território português.

O Fundo de Pensões Conduril mantém-se como o pilar da sua política de responsabilidade social e apresentava, no final de dezembro de 2019, o valor de 10,2 milhões de euros.

Também ao nível dos ativos patrimoniais houve um reforço relevante de competências, garantindo a resposta às exigências técnicas das nossas obras e do mercado: em 2019, esta estratégia implicou um investimento que rondou os 9 milhões de euros, valor que deverá mais do que duplicar em 2020.

4. Na sua carteira de investimentos, a Conduril possui participações nas concessionárias de duas das subconcessões rodoviárias de Portugal:

- 21,85% na sociedade SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A. com a qual a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. celebrou o contrato para a Subconcessão do Baixo

Alentejo, que foi objeto de renegociação e visto do Tribunal de Contas em 2017 e que se encontra atualmente no seu período de exploração:

- 23,64% na sociedade RAL - Rotas do Algarve Litoral, S.A. com a qual a IP celebrou o contrato para a Subconcessão do Algarve Litoral. O contrato inicial foi alvo de alterações tendo sido assinado um "contrato de concessão alterado", cujo visto foi recusado pelo Tribunal de Contas em 2018. Em consequência, a RAL solicitou o reconhecimento do seu direito à rescisão do vínculo contratual existente e ao ressarcimento pelo investimento realizado até essa data, pedido este recusado pela IP. Tal obrigou ao recurso de mecanismos legais com a entrada de um processo em arbitragem, em setembro de 2019, que inclui um pedido de indemnização de 445 milhões de euros e a rescisão do contrato. É com grande convicção que a Conduril perspetiva uma decisão favorável, tendo o próprio Governo anunciado a inclusão de uma verba no orçamento do estado de 2020 para este efeito.

5. A Conduril, ao longo dos anos, tem vindo a promover políticas ativas de gestão da qualidade, de reforço da segurança e uma atitude ambientalmente empenhada, através do planeamento, da avaliação de riscos e impactos e da definição de métodos de controlo.

No decurso do ano, esse esforço traduziu-se:

- na renovação da certificação do sistema de gestão da qualidade em Portugal e Angola e no seu acompanhamento em Moçambique, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015, pela APCER;
- no acompanhamento da certificação no âmbito do sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho em Portugal e em Moçambique e na sua renovação em Angola, de acordo com as normas OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, pela APCER;
- no acompanhamento da certificação do sistema de gestão ambiental em Portugal e obtenção desta certificação em Moçambique, de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2015, pela APCER;
- no acompanhamento da acreditação, pelo IPAC, ao laboratório central de Portugal e transição para a norma NP EN ISO/IEC 17025:2018; e,
- em Moçambique foi concluída a construção do laboratório central e implementados os requisitos da norma NP EN ISO/IEC 17025:2018, com vista à acreditação dos principais ensaios na área dos solos, agregados e betão hidráulico, cuja emissão do certificado se espera que ocorra até ao final do ano 2020.

6. A debilidade que as projeções globais apresentam obrigam a empresa a encarar o futuro com particular atenção e ponderação.

No mercado português, apesar do otimismo instalado, apenas 77% dos fundos destinados ao programa Portugal 2020 se encontram concluídos ou em curso e alguns dos principais investimentos em infraestruturas foram transferidos para o novo programa nacional de investimentos que compreende o período entre os anos 2021 e 2030.

Nos mercados internacionais onde a Conduril atualmente opera, o setor ainda não evidencia uma sólida recuperação. É residual o número de obras em curso e os projetos lançados a concurso são poucos e têm sofrido sucessivos adiamentos.

Em 2020, a Conduril conta com um valor superior a 500 milhões de euros de obras em carteira e está atenta aos projetos financiados que sejam considerados estratégica e economicamente vantajosos em diferentes geografias, mantendo-se, assim, focada na rentabilidade do seu conceito de negócio e no fortalecimento da sua cultura, fundamentais para alicerçar a sua perenidade.

7. Outras informações:

- a)** A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos.
- b)** Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.
- c)** O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.
- d)** As 200.000 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.
- e)** Não ocorreu qualquer alteração no número de ações da Conduril - Engenharia, S.A. detidas por titulares do Conselho de Administração ao longo do ano de 2019.

8. É proposto pelo Conselho de Administração que o resultado líquido do exercício de 2019, no montante de 2.461.138 euros, seja integralmente transferido para Reservas Livres.

9. O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento a todos os que, ao longo de 2019, o apoiaram na prossecução dos objetivos definidos pela empresa. Agradece o apoio e a confiança demonstrada pelos acionistas e a disponibilidade do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas. Reconhece a dedicação, profissionalismo e empenho de todos os seus colaboradores, bem como a cooperação fundamental dos clientes, fornecedores e instituições bancárias.

Ermesinde, 04 de março de 2020

O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO



BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2019	2018
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	2,3,8	57.051.173	52.541.041
Ativos intangíveis	2,3,7	5.258.100	5.255.226
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3,10	5.543.856	8.122.906
Outros investimentos financeiros	3,19	91.710.938	84.261.223
Ativos por impostos diferidos	3,18	88.998	-
Subtotal		159.653.065	150.180.395
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3,11	11.465.615	11.731.189
Clientes	3,19	108.583.253	114.925.890
Clientes c/retenções de garantias	3,19	3.620.234	2.937.428
Estado e outros entes públicos	21	14.312.058	13.341.737
Outros créditos a receber	3,19,21	78.243.769	65.701.668
Diferimentos	3,21	421.147	262.647
Caixa e depósitos bancários	3,4	9.264.839	11.515.429
Subtotal		225.910.915	220.415.989
TOTAL DO ATIVO		385.563.980	370.596.384
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.044.492	3.044.492
Outras reservas		202.619.064	200.713.581
Resultados transitados		453.463	453.463
Excedentes de revalorização		2.708.790	2.708.790
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(11.097.237)	(6.583.719)
Subtotal		206.778.572	209.386.607
Resultado líquido do período		2.461.138	3.045.198
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	209.239.710	212.431.805
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3,14	10.425.600	11.613.416
Financiamentos obtidos	3,9,19	41.497.192	34.554.042
Passivo por impostos diferidos	3,18	1.347.247	1.356.928
Subtotal		53.270.039	47.524.386
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	56.046.356	54.992.812
Adiantamentos de clientes	3	12.149.091	16.799.065
Estado e outros entes públicos	21	16.680.407	14.728.614
Financiamentos obtidos	3,9,19	24.858.703	12.830.171
Outras dívidas a pagar	3,21	12.069.095	10.066.490
Diferimentos	3,12,21	1.250.579	1.223.041
Subtotal		123.054.231	110.640.193
TOTAL DO PASSIVO		176.324.270	158.164.579
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		385.563.980	370.596.384

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2019	2018
Vendas e serviços prestados	3:13;21:22	146.741.149	119.700.251
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2:3;10	407.312	769.279
Variação nos inventários da produção	3:11	-	-
Trabalhos para a própria entidade	3	1.146.133	1.540.773
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(35.986.774)	(25.889.647)
Fornecimentos e serviços externos	21	(53.366.410)	(49.603.854)
Gastos com pessoal	3:20:21	(36.278.386)	(31.926.558)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3:11	-	(25.307)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3:19	132	258.946
Provisões (aumentos/reduções)	3:14	(174.637)	(279.237)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	3:19	-	-
Outros rendimentos	15:21	11.102.863	22.644.716
Outros gastos	2:15:21	(14.379.729)	(12.049.394)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		19.211.653	25.139.968
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3:7:8	(3.989.302)	(6.233.395)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.222.351	18.906.573
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3:21	(3.815.872)	(6.312.069)
Resultado antes de impostos		11.406.479	12.594.504
Impostos sobre o rendimento do período	3:18	(8.945.341)	(9.549.306)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.461.138	3.045.198
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa-mãe		2.461.138	3.045.198
Interesses que não controlam		-	-
Subtotal		2.461.138	3.045.198
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		1,37	1,69

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		101.558.713	166.463.034
Pagamentos a fornecedores		(82.236.569)	(67.347.937)
Pagamentos ao pessoal		(30.455.883)	(25.959.093)
Caixa gerada pelas operações		(11.133.739)	73.156.005
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.563.798)	(1.177.033)
Outros recebimentos/pagamentos		(3.807.529)	(12.339.831)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		(16.505.065)	59.639.141
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(428.610)	(590.349)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(2.722.144)	(12.241)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		3.066.560	2.440.141
Dividendos		118.600	800.907
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		34.407	2.638.458
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		84.312.985	85.140.797
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(62.650.342)	(131.647.417)
Financiamentos leasings		(1.582.546)	(733.358)
Juros e gastos similares		(3.616.814)	(5.881.765)
Dividendos		(900.000)	(2.700.000)
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		15.563.283	(55.821.744)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(907.376)	6.455.855
Efeito das diferenças de câmbio		(1.343.215)	(966.444)
Caixa e seus equivalentes no início do período		11.515.429	6.026.017
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	9.264.839	11.515.429

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2019	10.000.000	(950.000)	3.044.492	200.713.581	453.463	2.708.790	(6.583.719)	3.045.198	212.431.805	-	212.431.805
Aplicação do resultado do período				3.045.198				(3.045.198)			
Posição em 01 de janeiro de 2019 após aplicação de resultados	10.000.000	(950.000)	3.044.492	203.758.779	453.463	2.708.790	(6.583.719)	-	212.431.805	-	212.431.805
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Aplicação do método da equivalência patrimonial											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				(239.715)				(3.325.678)	(3.325.678)		(3.325.678)
				(239.715)				(1.187.840)	(1.427.555)		(1.427.555)
								(4.513.518)	(4.753.233)		(4.753.233)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								2.461.138	2.461.138		2.461.138
Resultado integral								2.461.138	2.461.138		2.461.138
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Subscrições de capital											
Subscrições de prémios de emissão											
Distribuições				(900.000)					(900.000)		(900.000)
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações				(900.000)					(900.000)		(900.000)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2019	3	(950.000)	3.044.492	202.619.064	453.463	2.708.790	(11.097.237)	2.461.138	209.239.710	-	209.239.710

A Administração,

O Contabilista Certificado,



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Conduril - Engenharia, S.A. ("Conduril" ou "Empresa") é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Erme-sinde - Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de obras públicas e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 02 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015 de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior, com a exceção do efeito referido na nota 5 relativo à alteração da vida útil esperada dos bens do ativo fixo tangível e intangível. Desta forma, a análise comparativa do ano de 2019 e 2018 deverá ter em conta este impacto.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

A. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente. De referir que no presente período a vida útil de alguns bens foi objeto de revisão. Consequentemente, a taxa aplicada aos programas de computador a partir de 2019 é de 16,67%. O efeito desta alteração de estimativa foi reconhecido na demonstração dos resultados, cujo impacto desta alteração foi de 378 euros.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

B. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual. De referir que no presente período a vida útil de alguns bens foi objeto de revisão. O efeito desta alteração de estimativa foi reconhecido na demonstração dos resultados, cujo impacto desta alteração foi de 1.163.258 euros.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	5-16
Equipamento de transporte	6-12
Equipamento administrativo	6-25
Outros ativos fixos tangíveis	6-16

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

C. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

D. Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são

registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal (não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor na data de aquisição). É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

F. Integração de sucursais

A informação contabilística das sucursais onde a Empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da Empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

G. Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que

estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

H. Gastos de financiamentos obtidos

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

I. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

J. Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, sendo o efeito da utilização do método do juro efetivo considerado imaterial.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu

justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vi. Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

vii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

K. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

L. Periodização económica

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

M. Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

N. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

O. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

P. Complementos de reforma

A Empresa assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

Q. Rédito

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

R. Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

S. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

T. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

U. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B. Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2019		2018	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,89015	n/a	0,87336	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09290	0,09278	0,09130	0,09022
Pula Botswana	Euro	0,08400	0,08309	0,08150	0,08320
Metical Moçambicano	Euro	0,01451	0,01430	0,01423	0,01402
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,06336	0,06875	0,07323	0,08010
Kwacha Malawi	Euro	0,00121	0,00121	0,00120	0,00117
Kwanza Angolano	Euro	0,00180	0,00234	0,00279	0,00325
Rand Sul Africano	Euro	0,06376	n/a	0,06066	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,06370	n/a	0,06031	n/a
Dólar Zimbabueano	Euro	0,05320	0,05688	n/a	n/a

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A. Imparidade dos ativos

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da Empresa, bem como nas expectativas futuras. A Empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de "Caixa e seus equivalentes" encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica "Caixa e depósitos bancários"

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	224.989	201.043
Depósitos à ordem	8.107.466	10.394.573
Depósitos a prazo	932.384	919.813
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	9.264.839	11.515.429

5. ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

No presente período, foram efetuados estudos de forma a verificar a estimativa relativa às vidas úteis esperadas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis. Na sequência desta análise a Empresa procedeu à alteração das referidas estimativas para alguns dos bens. Caso esta alteração não tivesse ocorrido, as depreciações e amortizações do período findo em 31 de dezembro de 2019 seriam superiores em cerca de 1.163.258 euros.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A. Total de remunerações: 1.334.593 euros (2018: 1.869.529 euros).

6.2. Transações entre partes relacionadas

A. Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabwe	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcántara - Garrouillas	Espanha	15,00	15,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	20,11	21,85
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng. António Luís Amorim Martins (Presidente) - <i>Chairman</i>			
Eng. Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) - CEO			
Dra. Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng. António Baraças Andrade Miragaia			
Eng. António Emanuel Lemos Catarino			
Eng. Jorge Lúcio Teixeira Castro			
Eng. Miguel José Alues Montenegro Andrade			
Eng. Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-

B. Transações e saldos pendentes:

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2019:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.178.477	-	-	6.265.664
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.647.044	100.966	-	518.428
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	828.503	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	293.526	24.462	-	-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	680.293	338.373	-	401.171
	10.627.843	463.801	-	7.185.263
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	5.897.107	-	336.000	495.585
Edirio - Construções, S.A.	3.286.561	2.504.874	231.310	-
Métis Engenharia, Lda.	13.211.353	13.250.020	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	8.513.049	7.538.012	-	-
Urano, Lda.	2.797.430	2.718.352	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	87.790	152.732	-	-
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	73.098	136.796	-	-
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	230.772	1.356.053	-	-
	34.097.160	27.656.839	567.310	495.585
ASSOCIADAS:				
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.516	-	20.000	-
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	20.000	-
	28.804.639	-	40.000	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcântara - Garrouillas	1.134.094	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	8.502	922.242	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal de Angola	391.351	209.016	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	6.506	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	1.737.090	-	-	-
	3.271.037	1.137.764	-	-
PARTES RELACIONADAS				
		RENDIMENTOS		GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE		13.284		-
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE		325.045		-
		338.329		-
SUBSIDIÁRIAS:				
Edirio - Construções, S.A.		168.167		1.727.774
Métis Engenharia, Lda.		1.855.089		1.157.113
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.		230.507		880.613
Urano, Lda.		426.141		1.504.867
Conduril Engenharia - Açores, S.A.		9.757		70.250
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.		14.114		127.196
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD		118.443		-
		2.822.218		5.467.813
ASSOCIADAS:				
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.		-		-
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.		-		-
		-		-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcântara - Garrouillas		29.293		-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.		187.376		68.618
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal de Angola		95.241		2.383
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.		-		23.224
Mugige Vinhos, Lda.		2.260.500		-
		2.572.410		94.225

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 10.2.

Em 31 de dezembro de 2018:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.161.575	-	-	6.364.178
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.640.442	100.966	-	495.263
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	828.503	-	-	-
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	1.116.901	-	-	888.000
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	1.175.218	338.373	-	802.565
	11.922.639	439.339	-	8.550.006
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	5.897.002	-	336.000	493.380
Edirio - Construções, S.A.	2.767.354	1.788.565	-	-
Métis Engenharia, Lda.	17.013.113	19.588.321	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	10.600.438	9.581.512	-	-
Urano, Lda.	2.679.405	2.824.003	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	103.641	-	-	-
	39.060.953	33.782.401	336.000	493.380
ASSOCIADAS:				
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.516	-	20.000	-
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	20.000	-
	28.804.639	-	40.000	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcântara - Garroillas	1.212.122	-	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	-	590.442	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal de Angola	1.057.074	758.926	-	-
	2.269.196	1.349.368	-	-
PARTES RELACIONADAS				
		RENDIMENTOS		GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE		161.581		3.376
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE		-		856
		161.581		4.232
SUBSIDIÁRIAS:				
Edirio - Construções, S.A.		928.306		121.887
Métis Engenharia, Lda.		7.327.977		9.319.354
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.		178.383		1.114.110
Urano, Lda.		1.332.999		1.872.861
Conduril Engenharia - Açores, S.A.		147.759		-
		9.915.424		12.428.212
ASSOCIADAS:				
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.		7.317		-
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.		8.618		-
		15.935		-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
UTE Alcântara - Garroillas		66.775		-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.		-		59.943
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.		672.515		651.428
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal de Angola		302.995		13.842
		1.042.285		725.213

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 10.2.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A. As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Programas de computador	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

B. Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

C. Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	31.12.2019		31.12.2018	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Programas de computador	100.862	89.295	94.267	87.718
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Direitos de superfície	5.814.545	615.133	5.801.426	600.149
Outros ativos intangíveis	2.006	2.006	2.006	1.727
TOTAL	5.964.534	706.434	5.944.820	689.594

D. O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO - OUTROS	31.12.2019	31.12.2018
Programas de computador	1.577	5.194
Direitos de superfície	14.579	19.702
TOTAL	16.156	24.896

E. Os movimentos na rubrica "Ativos intangíveis" durante 2019 e 2018 são os que se seguem:

	2019				TOTAL
	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	
ATIVO BRUTO:					
Saldo em 31.12.2018	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
Adições	13.119	6.595	-	-	19.714
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	5.814.545	100.862	47.121	2.006	5.964.534
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:					
Saldo em 31.12.2018	600.149	87.718	-	1.727	689.594
Adições	14.579	1.577	-	-	16.156
Transf. e abates	405	-	-	279	684
Saldo em 31.12.2019	615.133	89.295	-	2.006	706.434
VALOR LÍQUIDO	5.199.412	11.567	47.121	-	5.258.100

2018					
	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:					
Saldo em 31.12.2017	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
Adições	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:					
Saldo em 31.12.2017	580.447	82.524	-	1.727	664.698
Adições	19.702	5.194	-	-	24.896
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	600.149	87.718	-	1.727	689.594
VALOR LÍQUIDO	5.201.277	6.549	47.121	279	5.255.226

8. ATIVOS TANGÍVEIS

8.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

A. Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

B. Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	20 - 50	2% - 5%
Equipamento básico	5 - 16	6,25% - 20%
Equipamento de transporte	6 - 12	8,33% - 16,67%
Equipamento administrativo	6 - 25	4% - 16,67%
Outros ativos fixos tangíveis	6 - 16	6,25% - 16,67%

D/E. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2019								
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2018	2.622.286	24.687.177	80.460.873	23.354.713	1.900.615	1.376.165	18.158.912	152.560.741
Adições	-	5.303	5.363.001	1.668.471	98.056	139.543	1.350.682	8.625.056
Alienações	-	-	(1.628.798)	(1.564.528)	-	-	-	(3.193.326)
Transf. e abates	-	763.925	14.073	(14.040)	-	-	(949.393)	(185.435)
Saldo em 31.12.2019	2.622.286	25.456.405	84.209.149	23.444.616	1.998.671	1.515.708	18.560.201	157.807.036
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2018	-	16.631.639	61.328.618	19.587.300	1.623.626	848.517	-	100.019.700
Adições	-	479.840	2.669.543	622.757	46.076	154.930	-	3.973.146
Alienações	-	-	(1.484.485)	(1.581.173)	(4.616)	-	-	(3.070.274)
Transf. e abates	-	-	(152.669)	(14.040)	-	-	-	(166.709)
Saldo em 31.12.2019	-	17.111.479	62.361.007	18.614.844	1.665.086	1.003.447	-	100.755.863
VALOR LÍQUIDO	2.622.286	8.344.926	21.848.142	4.829.772	333.585	512.261	18.560.201	57.051.173

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2017	2.622.286	24.687.177	80.621.343	23.259.966	1.881.221	1.165.960	16.349.915	150.587.868
Adições	-	-	1.280.367	1.093.833	19.394	235.173	2.951.551	5.580.318
Alienações	-	-	(2.226.785)	(613.972)	-	(435)	-	(2.841.192)
Transf. e abates	-	-	785.948	(385.114)	-	(24.533)	(1.142.554)	(766.253)
Saldo em 31.12.2018	2.622.286	24.687.177	80.460.873	23.354.713	1.900.615	1.376.165	18.158.912	152.560.741
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2017	-	15.926.530	58.228.261	19.562.313	1.566.768	700.219	-	95.984.091
Adições	-	705.109	4.389.516	883.750	56.858	173.266	-	6.208.499
Alienações	-	-	(1.185.185)	(547.607)	-	(435)	-	(1.733.227)
Transf. e abates	-	-	(103.974)	(311.156)	-	(24.533)	-	(439.663)
Saldo em 31.12.2018	-	16.631.639	61.328.618	19.587.300	1.623.626	848.517	-	100.019.700
VALOR LÍQUIDO	2.622.286	8.055.538	19.132.255	3.767.413	276.989	527.648	18.158.912	52.541.041

8.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO		
ATIVOS TANGÍVEIS	31.12.2019	31.12.2018
Edifícios e outras construções	963.089	2.891.541
Equipamento básico	387.593	15.736
Equipamento de transporte	-	44.274
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
TOTAL	1.350.682	2.951.551

8.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIACÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS 2019	DEPRECIACÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS 2018
Edifícios e outras construções	479.840	705.109
Equipamento básico	2.669.543	4.389.516
Equipamento de transporte	622.757	883.750
Equipamento administrativo	46.076	56.858
Outros ativos fixos tangíveis	154.930	173.266
TOTAL	3.973.146	6.208.499

8.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIACÃO ACUMULADA	31.12.2019	31.12.2018
Edifícios e outras construções	17.111.479	16.631.639
Equipamento básico	62.361.007	61.328.618
Equipamento de transporte	18.614.844	19.587.300
Equipamento administrativo	1.665.086	1.623.626
Outros ativos fixos tangíveis	1.003.447	848.517
TOTAL	100.755.863	100.019.700

8.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2019 e 2018, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2019	31.12.2018
Edifícios e outras construções	18.559.886	17.873.868
Equipamentos	-	101.732
Equipamento Transporte	-	183.312
Outros ativos	315	-
TOTAL	18.560.201	18.158.912

8.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

2019	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	49.038.866	32.590.728	16.448.138
Angola	82.556.598	50.938.259	31.618.339
Moçambique	10.471.000	4.925.526	5.545.474
Marrocos	1.511.896	1.511.896	-
Botswana	60.163	48.647	11.516
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	10.917.143	8.279.699	2.637.444
Malawi	1.775.252	1.383.560	391.692
Gabão	1.471.642	1.074.714	396.928
TOTAL	157.807.036	100.755.863	57.051.173

2018	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	44.612.321	32.747.340	11.864.981
Angola	82.720.635	50.456.625	32.264.010
Moçambique	8.617.030	4.339.950	4.277.080
Marrocos	2.215.078	2.166.803	48.275
Botswana	60.163	48.445	11.718
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	11.057.528	8.292.015	2.765.513
Malawi	1.801.868	1.123.039	678.829
Gabão	1.471.642	842.649	628.993
TOTAL	152.560.741	100.019.700	52.541.041

9. LOCAÇÕES

9.1. Locações financeiras - Locatários:

A. Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31.12.2019	31.12.2018
Equipamento básico	4.178.738	970.669
Equipamento de transporte	2.618.762	1.464.896
TOTAL	6.797.500	2.435.565

B. Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e o seu valor presente:

	31.12.2019	31.12.2018
Pagamentos mínimos até 1 ano	1.982.108	895.291
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	4.226.871	1.676.094
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	6.208.979	2.571.385
Pagamento de juros futuros	106.959	45.559
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	6.102.020	2.525.826

C. Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS			VALOR PRESENTE	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	
Não mais de 1 ano	1.982.108	895.291	1.932.060	872.467	
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	4.226.871	1.676.094	4.169.960	1.653.359	
Mais do que 5 anos	-	-	-	-	
TOTAL	6.208.979	2.571.385	6.102.020	2.525.826	

10. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

10.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica "Participações financeiras - método da equivalência patrimonial"

	31.12.2019	31.12.2018
Subsidiárias	4.792.395	7.299.185
Entidades conjuntamente controladas	40.671	-
Associadas	710.789	823.721
TOTAL	5.543.856	8.122.906

10.2. Empresas subsidiárias

A. Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DESCRIÇÃO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.066.751	(495.585)	(1.205)
Edirio - Construções, S.A.	-	3.611.898	481.190	(382.931)
Métis Engenharia, Lda.	2.467.579	16.369.499	5.542.402	283.374
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	572.875	14.741.947	572.875	380.099
Urano, Lda.	827.182	5.292.352	2.260.658	300.400
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	274.095	940.939	356.095	(10.727)
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	51.075	175.745	51.075	1.075
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	599.590	4.200.921	599.590	628.763
TOTAL	4.792.395			

Em 2019, foram constituídas duas novas sociedades detidas a 100% pela Conduril - Engenharia, S.A.

2018 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.074.002	(494.380)	(99.053)
Edirio - Construções, S.A.	151.621	3.274.896	164.121	4.812
Métis Engenharia, Lda.	5.041.220	23.724.501	5.092.141	18.081
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	193.654	15.912.859	193.653	271.363
Urano, Lda.	1.627.868	6.813.721	1.644.311	180.950
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	284.822	699.889	284.822	(12.418)
TOTAL	7.299.185			

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em 2019, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	336.000
Edirio - Construções, S.A.	712.500	231.310
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	16.117	-
Métis Engenharia, Lda.	3.049.838	-
Urano, Lda.	1.259.118	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	82.000	-
TOTAL	5.455.574	567.310

10.3. Empreendimentos conjuntos

A. Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DESCRIÇÃO	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevolution e Tecnovia

B. Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	12.407.607	(18.798.872)	135.332
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	8.818.385	(1.036.855)	(42.050)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	40.671	3.929.418	243.980	(289.841)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	923.493	(2.246.197)	(5.589.899)
TOTAL		40.671			

2018 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	-	11.892.929	(19.094.444)	(357.356)
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	8.818.033	(990.527)	(216.288)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	-	3.901.636	(4.814.426)	(1.271.121)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	5.799.750	(4.972.003)	(1.535.752)
TOTAL		-			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA/Lot3 - Construção ACE.

C. Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

10.4. Associadas

A. Listagem e descrição das associadas:

DESCRIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	21,85%	Equivalência patrimonial
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

2019 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	176.237.035	(3.226.340)	(10.936.496)
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	326.818.452	(16.308.301)	4.922.123
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	547.581	2.641.830	1.642.907	793.496
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	163.208	2.799.062	489.674	(345.790)
TOTAL	710.789			

2018 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	179.633.938	15.852.232	(10.227.909)
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	292.374.039	(8.626.182)	7.423.213
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	414.000	2.621.733	1.242.123	1.182.123
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	409.720	3.558.915	1.229.287	434.401
TOTAL	823.720			

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em 2019, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	20.000
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.516	20.000
TOTAL	28.804.639	40.000

10.5. Rendimentos/Perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2019	31.12.2018
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(1.577.813)	171.942
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1.734.872	1.056.217
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	251.141	263.312
Eliminação de gastos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	(888)	-
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 14)	-	(722.191)
TOTAL	407.312	769.279

11. INVENTÁRIOS

11.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

11.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2019	31.12.2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12.199.703	12.465.277
Mercadorias	9.646	9.646
Produtos acabados e intermédios	129.375	129.375
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	12.338.724	12.604.298
Perdas por imparidade	(873.109)	(873.109)
TOTAL	11.465.615	11.731.189

11.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Inventário inicial	9.646	27.806	11.592.168	10.949.077
Perdas por imparidade em existências	-	-	-	-
Compras	-	-	35.721.200	26.532.738
Reclassificação e regularização de inventários	-	(18.160)	-	-
Inventário final	(9.646)	(9.646)	(11.326.594)	(11.592.168)
GASTO DO PERÍODO	-	-	35.986.774	25.889.647

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Inventário inicial - dezembro 2018	129.375	129.375	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final - dezembro 2019	(129.375)	(129.375)	-	-
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	-	-	-	-

11.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2019	31.12.2018
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	25.307
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	-	25.307

11.5. Mouimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2018	873.109
Reforço	-
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2019	873.109

MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2017	847.802
Reforço	25.307
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2018	873.109

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

12.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fielmente mensurados. A 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2019	RÉDITO DE 2018
Contratos de construção	143.931.123	116.378.487
TOTAL	143.931.123	116.378.487

12.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

12.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

12.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

2019	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	203.885.656	258.319.662	5.214.208	309.090
TOTAL	203.885.656	258.319.662	5.214.208	309.090

2018	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	241.386.738	321.092.537	3.274.705	910.168
TOTAL	241.386.738	321.092.537	3.274.705	910.168

13. RÉDITOS

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A. Vendas – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B. Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C. Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D. Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

13.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2019	31.12.2018
Vendas de bens	2.434	40.823
Prestações de serviços	146.738.716	119.659.428
Juros	2.693.455	2.656.666
Dividendos	118.586	800.907
TOTAL	149.553.190	123.157.824

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

14.1. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	SALDO FINAL
Garantias a clientes	2.416.744	614.869	(291.987)	-	2.739.626
Outras provisões	153.286	5.127	(153.372)	85	5.126
	2.570.030	619.996	(445.359)	85	2.744.752
Investimentos financeiros (Nota 10)	9.043.386	25.370	(1.387.908)	-	7.680.848
TOTAL	11.613.416	645.366	(1.833.267)	85	10.425.600

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	SALDO FINAL
Garantias a clientes	2.287.428	453.088	(323.772)	-	2.416.744
Outras provisões	3.293	172.466	(22.545)	72	153.286
	2.290.721	625.554	(346.317)	72	2.570.030
Investimentos financeiros (Nota 10)	8.321.195	769.594	(47.403)	-	9.043.386
TOTAL	10.611.916	1.395.148	(393.720)	72	11.613.416

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente, o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE, Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE e a RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE.

14.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso a Empresa está convicta de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo nosso gabinete jurídico interno, assim como pelos consultores jurídicos e fiscais.

14.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 80.483.265 euros (em 31 de dezembro de 2018 o montante ascendia a 56.258.904 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

14.4. Gestão de riscos financeiros

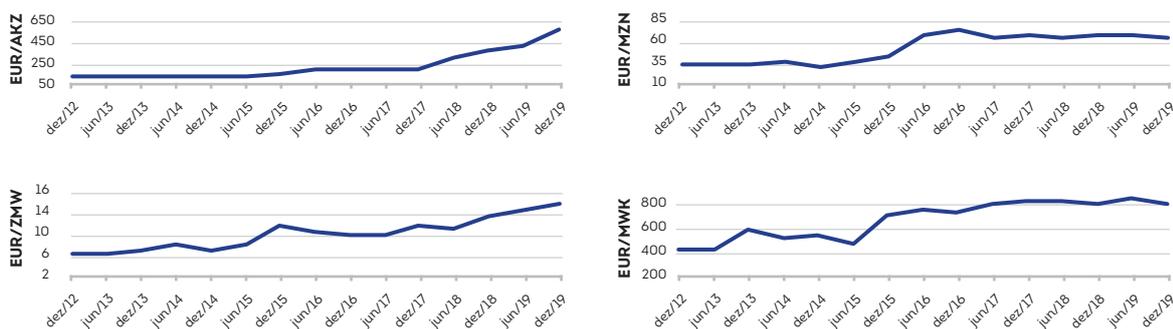
A. Princípios gerais

A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

B. Risco de taxa de câmbio

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia e Kwacha Malawi face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.

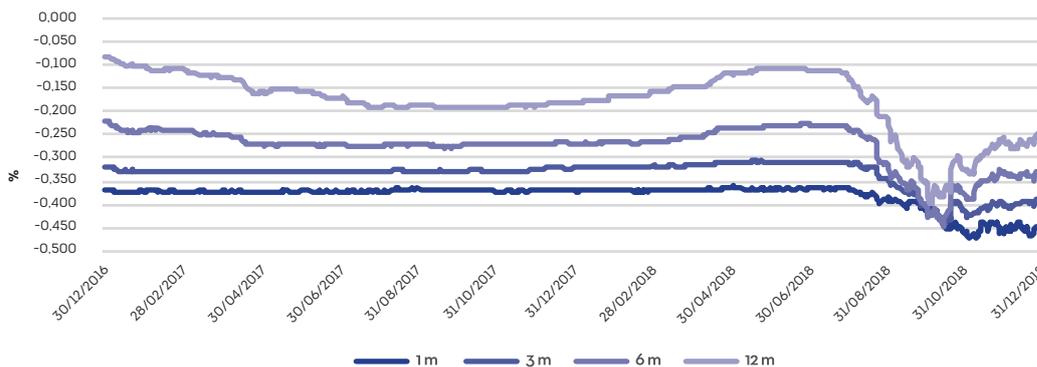
Evolução da Taxa de Câmbio



C. Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Durante o ano 2019 tendo em conta as perspetivas de evolução da taxa de juro contratualizamos algum financiamento indexado a uma cobertura da mesma. Estamos permanentemente atentos a este assunto de forma a podermos tomar atempadamente as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos nossos financiamentos.

Evolução da Taxa Euribor



D. Risco de crédito

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;
- ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;
- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra da empresa contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

15. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

15.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2019	31.12.2018
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	11.000.415	7.135.907
TOTAL	11.000.415	7.135.907
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	2.419.830	3.000.522
TOTAL	2.419.830	3.000.522

15.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO	
Saldo a 31.12.2018	(9.974.400)
Diferença câmbio desfavorável	(3.819.735)
Diferença de câmbio favorável	-
Saldo a 31.12.2019	(13.794.135)

DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO	
Saldo a 31.12.2017	(4.252.250)
Diferença câmbio desfavorável	(5.722.150)
Diferença de câmbio favorável	-
Saldo a 31.12.2018	(9.974.400)

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

16.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

16.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 04 de março de 2020. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

17. MATÉRIAS AMBIENTAIS

17.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2019, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 97.227 euros (no período homólogo ascenderam a 71.850 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

17.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS	
Tratamento de resíduos	97.227
TOTAL	97.227

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

18.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	8.987.938	9.309.390
	8.987.938	9.309.390
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(42.597)	239.916
	(42.597)	239.916
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	8.945.341	9.549.306

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

18.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes de impostos	11.406.479	12.594.504
Gasto com impostos sobre o rendimento	8.945.341	9.549.306
Taxa efetiva de imposto	78.42%	75.82%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 30% Angola em 2018 e 2019)	3.365.860	4.589.997
<u>AJUSTAMENTOS:</u>		
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	379.902	1.727.428
Aplicação do método da equivalência patrimonial	156.759	(83.254)
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis	-	5.331
Gastos não aceites como custo fiscal	3.555.204	2.922.374
Provisões não aceites como gasto	7.833	33.675
Reversão de provisões não tributadas	-	-
Restituição / Insuficiência de impostos	-	15.233
Outros rendimentos não tributados	(3.859.857)	(3.628.504)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(206.300)	(609.341)
Prejuízos fiscais gerados no período	2.770.578	4.796.269
Tributações autónomas	456.894	244.663
Benefícios fiscais	-	(1.835)
Impostos diferidos decorrentes de períodos anteriores	(42.597)	239.916
Diferenças de câmbio não tributadas	1.884.158	(722.796)
Dupla tributação internacional	-	-
Outros	476.907	20.150
	5.579.481	4.959.309
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	8.945.341	9.549.306

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

18.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	-	-	88.998	-	88.998
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	88.998	-	88.998

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	940.757	-	-	(43.776)	896.981
Rendimento a tributar	-	-	88.998	-	88.998
Depreciações não aceites	416.171	(56.083)	1.180	-	361.268
TOTAL	1.356.928	(56.083)	90.178	(43.776)	1.347.247

A 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-
Outros	103.713	(12.659)	-	(91.054)	-
TOTAL	103.713	(12.659)	-	(91.054)	-

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	984.946	-	-	(44.189)	940.757
Depreciações não aceites	254.140	(31.020)	193.051	-	416.171
TOTAL	1.239.086	(31.020)	193.051	(44.189)	1.356.928

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

19.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2019		31.12.2018	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	108.583.253	-	114.925.890	-
Clientes, c/garantias	3.620.234	-	2.937.428	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.045.632	(2.045.632)	2.157.877	(2.157.877)
TOTAL	114.249.119	(2.045.632)	120.021.195	(2.157.877)

19.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2019	31.12.2018
Contas caucionadas	8.567.902	4.618.249
Empréstimos bancários	27.246.701	24.497.516
Papel comercial	20.800.000	13.000.000
Locações financeiras	6.102.020	2.525.825
Factoring	774.442	2.742.525
Descobertos bancários contratados	2.864.830	98
TOTAL	66.355.895	47.384.213

19.4. Participações financeiras registadas ao custo e outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	11.396.123	(20.000)	-	11.396.123	(20.000)
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	-	17.408.516	(20.000)	-	17.408.516	(20.000)
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	76.815	-	-	76.815	-	-
Edirio - Construções, S.A.	-	712.500	(231.310)	-	12.500	-
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	336.000	(336.000)	-	336.000	(336.000)
Métis Engenharia, Lda.	-	3.049.838	-	-	-	-
Urano, Lda.	-	1.259.118	-	-	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	-	82.000	-	-	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	16.118	-	-	15.806	-
Outros - Títulos de dívida pública	57.578.234	-	-	54.993.624	-	-
Outros - FCT	39.370	-	-	34.222	-	-
TOTAL	58.058.035	34.260.213	(607.310)	55.468.278	29.168.945	(376.000)
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS		91.710.938				84.261.223

19.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A. Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos bancários	2.693.237	2.656.321
Outros	218	345
TOTAL	2.693.455	2.656.666

B. Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos	3.310.602	5.705.651
Locações financeiras	37.664	18.115
Outros	2.866	1.740
TOTAL	3.351.132	5.725.506

19.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

	31.12.2019		
ATIVOS FINANCEIROS	REFORÇO	REVERSÕES	UTILIZAÇÃO
Clientes	-	(132)	(112.113)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	(132)	(112.113)

	31.12.2018		
ATIVOS FINANCEIROS	REFORÇO	REVERSÕES	UTILIZAÇÃO
Clientes	310.390	(569.335)	(394.821)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	310.390	(569.335)	(394.821)

19.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2019, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

19.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2019, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2019, existiam 123 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2019, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2019	31.12.2018
Custo dos serviços correntes	291.648	315.991
Custo juros	326.036	307.037
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Retorno dos ativos	-	(239.715)
Outras variações	-	-
TOTAL	617.684	383.313

Em 31 de dezembro de 2019, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 2.257.382 euros (2018: 627.762 euros). O aumento das responsabilidades está associado ao impacto da alteração de alguns dos pressupostos, nomeadamente, taxa de juro e taxa de crescimento salarial. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio", no montante de 2.518.271 euros (2018: 1.090.716 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2019 e 2018:

	PRESSUPOSTOS 2019	PRESSUPOSTOS 2018
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	curva swap a 31/12/19 acrescida de 2,25% p.p	curva swap a 31/12/18 acrescida de 2,25% p.p
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	324	309
Beneficiários	123	113

20.2. Benefícios caráter social

A 31 de dezembro de 2019, no âmbito da atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua), existiam cerca de 697 funcionários em Angola e Moçambique a usufruir dos planos de conhecimentos especializados, quer no domínio técnico-profissional quer no domínio da alfabetização e escolarização, ministrados nos locais de trabalho. Os gastos relacionados com esta atividade são financiados na sua totalidade pela Conduril - Engenharia, S.A. Em 31 de dezembro de 2019, as operações/ações/programas referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2019
PAAE (Programa alfabetização e aceleração escolar)	246.962
Formação técnico-profissional	172.873
Formação humana e cultural	24.696
RVCCP (Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais)	49.393
TOTAL	493.924

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2018
PAAE (Programa alfabetização e aceleração escolar)	258.543
Formação técnico-profissional	180.980
Formação humana e cultural	25.854
RVCCP (Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais)	51.709
TOTAL	517.086

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2019	31.12.2018
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1.097	4.177
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.296.258	8.374.290
Contribuições para a Segurança Social	9.618	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	3.016.483	3.025.589
Outras tributações	1.988.602	1.937.681
TOTAL	14.312.058	13.341.737

PASSIVO	31.12.2019	31.12.2018
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	578.270	443.845
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.992.905	5.782.034
Contribuições para a Segurança Social	548.284	511.491
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	8.226.004	7.561.409
Outras tributações	334.944	429.835
TOTAL	16.680.407	14.728.614

21.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2019 e 2018 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Mercado interno	53.309.785	27.526.693
Mercado externo	93.431.364	92.173.558
TOTAL	146.741.149	119.700.251

21.3. Fornecimento e serviços externos

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Subcontratos	28.663.804	22.098.779
Serviços especializados	10.326.792	14.083.974
Materiais	1.017.596	1.245.238
Energia e fluidos	2.749.321	3.242.776
Deslocações, estadas e transportes	3.552.669	3.584.846
Rendas e alugueres	4.079.052	2.672.618
Comunicação	323.432	338.327
Seguros	912.985	1.039.639
Contencioso e notariado	14.122	35.957
Despesas de representação	28.410	98.009
Limpeza, higiene e conforto	243.322	213.698
Outros serviços	1.454.905	949.993
TOTAL	53.366.410	49.603.854

21.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Remunerações dos órgãos sociais	1.179.832	1.717.910
Remunerações do pessoal	27.202.023	23.668.510
Benefícios pós-emprego (Nota 20.1)	617.684	383.313
Indemnizações	36.677	163.773
Encargos sobre remunerações	3.205.909	2.723.756
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	943.320	725.584
Gastos de ação social	2.256.201	1.781.762
Outros	836.740	761.950
TOTAL	36.278.386	31.926.558

21.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Rendimentos suplementares	4.469.526	6.786.185
Descontos de pronto pagamento obtidos	70.662	162.395
Diferenças de câmbio favoráveis	2.419.830	3.000.522
Ganhos em inventários	12.935	11.310
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	570.945	308.844
Juros obtidos	2.693.455	2.656.666
Dividendos obtidos	118.586	800.907
Correções relativas a períodos anteriores	184.011	538.679
Benefícios contratuais	386.344	7.964.514
Outros	176.569	414.694
TOTAL	11.102.863	22.644.716

21.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos	2.128.901	1.597.708
Descontos de pronto pagamento concedidos	789.241	1.041.790
Dívidas incobráveis	-	29.364
Diferenças de câmbio desfavoráveis	11.000.415	7.135.907
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	16.987	63.595
Multas e penalidades	249.473	801.086
Correções relativas a períodos anteriores	88.025	354.593
Outros	106.687	1.025.351
TOTAL	14.379.729	12.049.394

21.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2019	31.12.2018
Juros suportados	3.348.266	5.723.766
Outros gastos e perdas de financiamento	467.606	588.303
TOTAL	3.815.872	6.312.069

21.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2019	31.12.2018
Gastos a reconhecer - seguros	371.853	225.072
Fundo de pensões - excedente (Nota 20.1)	-	-
Outros diferimentos	49.294	37.574
TOTAL	421.147	262.646

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2019	31.12.2018
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	622.212	288.522
Rendimentos a reconhecer - lucros operações internas	523.350	771.620
Fundo de pensões (Nota 20.1)	-	-
Faturação a reconhecer	105.017	162.899
TOTAL	1.250.579	1.223.041

21.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica "Outros créditos a receber" em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tem a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores saldos devedores	616.427	730.909
Adiantamentos a fornecedores	1.912.420	867.625
Devedores diversos - partes relacionadas	20.813.086	24.716.632
Devedores por acréscimos de rendimentos	45.671.907	27.803.852
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	630.444
Pessoal	424.098	41.904
Devedores diversos	8.756.080	10.910.302
TOTAL	78.243.769	65.701.668

A rubrica "Outras dívidas a pagar" em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tem a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Cientes saldos credores	53.367	37.349
Pessoal	2.366.853	1.459.748
Fornecedores de investimentos	55.397	251.263
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	1.719.557	1.404.562
Credores por acréscimos de gastos - outros	4.222.384	5.424.590
Credores diversos - partes relacionadas	669.630	369.038
Credores diversos	2.981.907	1.119.940
TOTAL	12.069.095	10.066.490

21.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 2.461.138 euros seja integralmente transferido para Reservas Livres.

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei n.º 534/80, de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

23. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009 DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 02 DE JUNHO

23.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2019	31.12.2018
Portugal	55.756.381	30.529.173
Angola	50.954.206	48.847.202
Moçambique	13.418.899	10.404.587
Marrocos	-	-
Zâmbia	20.727.295	21.406.554
Malawi	3.337.295	5.159.291
Gabão	2.547.073	3.353.444
TOTAL	146.741.149	119.700.251

23.2. Honorários Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2019, ascenderam a 28.750 euros.

A Administração,

O Contabilista Certificado,



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL





CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2019

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e do respetivo anexo com as suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2019, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019,
2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 12 de março de 2020

O CONSELHO FISCAL

Ademar Américo Soares Paiva, Presidente

Maria de Lourdes Lopes Chaves

Júlio Gales Ferreira Pinto



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS





CERTIFICAÇÃO **LEGAL DAS CONTAS**

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 385.563.980 euros e um total de capital próprio de 209.239.710 euros, incluindo um resultado líquido de 2.461.138 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na Nota 5 do Anexo às Demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2019, a Entidade procedeu, no período de 2019, à alteração da vida útil estimada dos ativos fixos tangíveis e intangíveis. Para efeitos de uma análise comparativa, esta alteração originou uma redução das depreciações e amortizações do período em cerca de 1.163.258 euros, com impacto no aumento do resultado líquido do período e do valor total do ativo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 11 de março de 2020

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

CONDURIL ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota - Luanda - Angola
T. +244 949 422 665
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
Parcela 3380/12 - Matola - Moçambique
T. +258 219 025 88
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL BOTSWANA

Tribal Lot 86 Portion 955 Isis Village
Tlokweng - Gaborone - Botswana
T. +267 319 02 53
info@conduril.co.bw

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka - Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

Campe Site P.O. Box. 40
Liwonde - Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (Après le carrefour GP)
Libreville - Gabon
gabon@conduril.pt

